

TECNOLOGIA ASSISTIVA NA EDUCAÇÃO: CONCEITO, EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA E DIALÓGICA

ASSISTIVE TECHNOLOGY IN EDUCATION: CONCEPT, EVOLUTION AND PERSPECTIVES FOR AN INCLUSIVE AND DIALOGICAL SCHOOL

TECNOLOGÍA ASISTENTE EN EDUCACIÓN: CONCEPTO, EVOLUCIÓN Y PERSPECTIVAS PARA UNA ESCUELA INCLUSIVA Y DIÁLOGA

Maria Gilnária Gomes Melo Silva¹

<https://orcid.org/0009-0009-5031-8029>

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, Brasil

mgilnariamelo@gmail.com

Resumo

Este estudo aborda uma discussão teórica sobre a Tecnologia Assistiva (TA) no espaço educacional enquanto ferramenta de apoio ao processo de inclusão escolar de alunos com deficiência. Trata-se de um recorte da monografia de graduação defendida pela autora em 2021, para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, CAP/UERN. É importante frisar que a TA contempla um arsenal de possibilidades, estratégias e serviços que podem ser implementados ao trabalho pedagógico com alunos público alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE), como o aluno com TEA, para possibilitar a plena participação desses alunos no espaço escolar, considerando suas necessidades no contexto educacional. Delimitamos como objetivo principal desse estudo: refletir sobre a TA enquanto ferramenta de apoio ao processo de inclusão do aluno com deficiência no espaço escolar. Concluímos que, o acesso aos recursos assistivos vem ocorrendo a partir da política de acessibilidade implementada nas escolas através das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), espaço destinado ao trabalho pedagógico inclusivo, onde deve existir um profissional especializado frente à execução do serviço de AEE para desenvolver um trabalho individualizado para cada aluno.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Tecnologia Assistiva; Atendimento Educacional Especializado.

Abstract

This study addresses a theoretical discussion on Assistive Technology (AT) in the educational space as a tool to support the process of school inclusion of students with disabilities. This is an excerpt from the undergraduate thesis defended by the author in 2021, to obtain a degree in Pedagogy from the State University of Rio Grande do Norte, CAP/UERN. It is important to emphasize that AT includes an arsenal of possibilities, strategies, and services that can be implemented in pedagogical work with students who are the target audience of Specialized Educational Services (AEE), such as students with ASD, to enable the full participation of these students in the school space, considering their needs in the educational context. We define the main objective of this study as: to reflect on AT as a tool to support the process of inclusion of students with disabilities in the school space. We conclude that access to assistive resources has been occurring based on the accessibility policy implemented in schools through Multifunctional Resource Rooms (SRM), a space intended for inclusive pedagogical work, where there must be a specialized professional responsible for executing the AEE service to develop individualized work for each student.

Keywords: Inclusive Education; Assistive Technology; Specialized Educational Service.

Resumen

Este estudio aborda una discusión teórica sobre la Tecnología Asistiva (TA) en el espacio educativo como herramienta de apoyo al proceso de inclusión escolar de estudiantes con discapacidad. Este es un extracto

¹ Pós-Graduada em Educação Especial e Educação Inclusiva pela Universidade Estácio de Sá/Polo Mossoró (2022). Licenciou-se em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN/Patu.

de la monografía de pregrado defendida por el autor en 2021, para obtener la licenciatura en Pedagogía por la Universidad Estadual de Rio Grande do Norte, CAP/UERN. Es importante resaltar que la AT incluye un arsenal de posibilidades, estrategias y servicios que pueden ser implementados en el trabajo pedagógico con estudiantes destinatarios de Servicios Educativos Especializados (AEE), como los estudiantes con TEA, para posibilitar la participación plena de estos estudiantes en el espacio escolar., considerando sus necesidades en el contexto educativo. Definimos como objetivo principal de este estudio: reflexionar sobre la TA como herramienta de apoyo al proceso de inclusión de estudiantes con discapacidad en el espacio escolar. Concluimos que el acceso a recursos asistenciales se ha venido dando a partir de la política de accesibilidad implementada en las escuelas a través de las Salas de Recursos Multifuncionales (SRM), espacio destinado al trabajo pedagógico inclusivo, donde debe existir un profesional especializado encargado de realizar el servicio de AEE. para desarrollar un trabajo individualizado para cada alumno.

Palabras clave: Educación Inclusiva; Tecnología de asistencia; Servicio Educativo Especializado.

1. Introdução

A Lei Brasileira de Inclusão – LBI (2015) existe para legitimar a igualdade de direitos, a liberdade para o exercício da cidadania e o pleno desenvolvimento da pessoa com deficiência, entre esse público, os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Destacamos que as TA por sua vez, emergem historicamente com a finalidade de transpor as barreiras de acessibilidade.

Neste estudo procuramos dialogar sobre TA enquanto arsenal de possibilidades, estratégias e serviços que devem ser conhecidos e implementados ao trabalho pedagógico com alunos público-alvo do AEE para possibilitar a plena participação desses alunos no espaço escolar, considerando suas necessidades no contexto educacional. Delimitamos como objetivo principal desse estudo: refletir sobre a TA enquanto ferramenta de apoio ao processo de inclusão do aluno com deficiência no espaço escolar.

Destacamos que, a partir da Declaração de Salamanca em 1994, ocorre uma significativa influência desse documento na formulação das Políticas Públicas da Educação Inclusiva no Brasil. Assim, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (2012) preconiza o direito a uma educação de qualidade aos alunos com TEA e os equipara à pessoa com deficiência. Nesse contexto, a escola deve atuar enquanto espaço inclusivo que corrobore para o desenvolvimento de todos os alunos, entre eles, o aluno com TEA que por tanto tempo estiveram às margens da sociedade e fora da escola.

Nas seções subsequentes traçaremos uma discussão que contempla aspectos teóricos no que toca a conceituação da terminologia da TA, a importância de sua utilização para promoção de uma educação mais inclusiva no interior das escolas, como também buscamos repensar a escola sob uma perspectiva educacional dialógica, aprendente e inclusiva. Finalizamos este texto tecendo algumas considerações em relação a TA enquanto garantia de acessibilidade e estímulo de competências e aquisições que possibilitem ao aluno público-alvo da Educação

Especial, uma maior autonomia em relação ao seu próprio processo de desenvolvimento.

2. O que entendemos por tecnologia? conceituando Tecnologia Assistiva

A sociedade atual é caracterizada pela expressão “sociedade do conhecimento”, tanto pela valorização da informação, quanto pelo enaltecimento do conhecimento enquanto potencializador de oportunidades em todas as esferas sociais. As tecnologias, por sua vez, revolucionaram o nosso modo de vida, possibilitando a modernização de técnicas cotidianas, nos permitindo otimizar o tempo e estreitar as barreiras de comunicação e acessibilidade.

Inicialmente, é relevante destacar alguns questionamentos: O que entendemos por tecnologia? O acesso aos recursos assistivos tem se efetivado nas salas de Recursos multifuncional de nossas escolas? São indagações como essas, que nos levam a refletir primeiramente sobre o conceito de tecnologia. Dessa forma, de acordo com o dicionário Mini Aurélio, o termo tecnologia pode ser entendido como: “Conjunto de conhecimentos, especialmente princípios científicos, que se aplicam a um determinado ramo de atividade” (Ferreira, Aurélio, 2000, p.664). O que nos leva a enxergar o conceito de tecnologia amplamente, para além da concepção de recursos interligado a computação, ou seja, tecnologia é tudo aquilo que possibilite a realização de uma ação visando a praticidade da mesma.

É importante ressaltar que em novembro de 2006 buscou-se legitimar o desenvolvimento da Tecnologia Assistiva no Brasil, através da formulação conceitual do termo pelo Comitê de Ajudas Técnicas (CAT). O termo Tecnologia Assistiva ou simplesmente “TA”, foi traduzido da terminação “Assistive Technology”, da língua inglesa, criado oficialmente em 1988.

No que toca a LBI, que dispõe sobre o estatuto da pessoa com deficiência, promulgada em 2015, essa vem legitimar a equidade de direitos e a liberdade para o exercício da cidadania de pessoas com deficiência, a qual ressalta que a TA promove “[...] à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida” (Brasil, 2015, p.60). O que isso quer dizer? Existe um arsenal de possibilidades, estratégias e serviços que devem ser implementados ao trabalho pedagógico com alunos público alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE), são eles:

- a. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

b. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras [...] (Brasil, 2008, p.2).

Tem-se tornado cada vez mais frequente a matrícula do público-alvo da Educação Especial nos sistemas de ensino regular, nesse sentido, o movimento de inclusão vem sendo fortalecido através da implementação das políticas públicas de acessibilidade. Conforme o decreto nº 7.611 de 2011, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), deve ser ofertado tanto na rede pública municipal, quanto na estadual. Nesse contexto, de acordo com a LBI (2015), no vigésimo sétimo artigo do quarto capítulo, afirma-se que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015, p. 34).

Assim, a Educação Especial é uma modalidade que perpassa todos os níveis, estabelecendo suporte e serviços para que pessoas com deficiência sejam assistidas. Dessa forma, destacamos que as TA por sua vez, emergem neste contexto para transpor as barreiras que possam vir a impedir a plena participação desses alunos no espaço escolar, considerando suas necessidades no contexto educacional.

Vale lembrar que, o Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil, 2008), responsável por desenvolver ações voltadas para inclusão social, o conceito de TA tem passado por revisão ao decorrer dos últimos anos, em virtude da considerável abrangência da área enquanto garantia de inclusão. É importante ressaltar que nossa relação com as Tecnologias Assistivas é muito antiga, segundo Galvão Filho (2009, p.38):

As tecnologias estão presentes em cada uma das pegadas que o ser humano deixou sobre a terra, ao longo de toda a sua história. Desde um simples pedaço de pau que tenha servido de apoio, de bengala, para um homem no tempo das cavernas, por exemplo, até as modernas próteses de fibra de carbono que permitem, hoje, que um atleta com amputação de ambas as pernas possa competir em uma Olimpíada, disputando corridas com outros atletas sem nenhuma deficiência.

Contudo, podemos estender nossa reflexão para contemplar a utilização de tais tecnologias na educação, associadas ao aprimoramento de conhecimentos, tais recursos podem vir a contribuir significativamente para a permanência na escola do público-alvo da Educação Inclusiva, como por exemplo, o aluno autista. Embora o autismo ainda não possua uma origem

completamente compreendida, pode ser entendido segundo a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, como:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento (Brasil, 2012, s/p).

A evolução do conceito de TA nos permite enxergá-la enquanto garantia de acessibilidade e estímulo de competências e aquisições que possibilite ao aluno com TEA uma maior autonomia em relação ao seu próprio processo de desenvolvimento. O acesso aos recursos assistivos tem ocorrido principalmente nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), espaço destinado ao trabalho pedagógico, onde deve existir um profissional especializado frente à execução do serviço de AEE para desenvolver um trabalho individualizado para cada aluno.

3. Tecnologia assistiva para uma escola inclusiva

Ao longo da história da humanidade, o ser humano elaborou um conjunto de ferramentas, instrumentos, noções e conhecimentos que lhes permitiu atender suas necessidades, o que nos leva a entender que existe a relação indissociável entre o sujeito, a cultura e a técnica para gerar o conhecimento. A constante necessidade de conhecer o mundo e de apropriar-se de ferramentas que permitisse interagir com o meio, impulsionou várias descobertas e com elas o surgimento de novas tecnologias.

Hoje é comum estarmos rodeados de aparelhos tecnológicos, seja o computador, o celular, a televisão, o GPS, entre tantos outros. Mas quando pensamos na área da educação, que tecnologias são utilizadas pelos professores? A escola detém de equipamentos tecnológicos capazes de auxiliar nos processos educativos? Como as tecnologias de informação e comunicação (TICS) são compreendidas pela escola?

Essas indagações são oportunas e nos levam a refletir sobre como a escola na atualidade está lidando com a questão tecnológica atrelada à educação, para promoção da inclusão de todos os alunos. É mister destacar que as TICS, por sua vez, compreendem diversificadas formas de comunicação, ou seja, existe uma infinidade de aparelhos e equipamentos como tablets, smartphones entre outros, que, possibilitam o acesso a diferentes funções como o uso de aplicativos (apps) que podem revolucionar os processos educativos e contribuir para finalidades pedagógicas.

Destarte, não há como negar que o advento das inovações tecnológicas, entre elas as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS), são capazes de ampliar as possibilidades, em relação a uma nova relação entre a humanidade, as diferentes informações e o saber.

Essa nova relação da humanidade com as informações e os saberes, tem possibilitado e exigido o surgimento de novas lógicas de interação e aprendizado, de novos critérios e competências no processo de desenvolvimento humano, de novas percepções acerca da dinamicidade da inteligência humana (Galvão Filho, 2009, p.50).

Além disso, não podemos esquecer que a Educação Inclusiva é algo que deve estar previsto no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas. De modo que, os profissionais envolvidos no processo educativo estejam cientes da necessidade de busca constante por aprimoramento profissional, para conseguir articular, organizar e construir estratégias que atendam às necessidades desses alunos a partir do uso das TA na escola.

Outrossim, não há como falar sobre TA no espaço escolar e não mencionarmos as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). As quais podem ser compreendidas de acordo com decreto nº 7611 de 2011, parágrafo terceiro, como: “ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.” (Brasil, 2011, s/p) Ou seja, essas salas constituem em espaços físicos destinados à efetivação do AEE, espaço em que os recursos assistivos vem sendo cada vez mais utilizados.

As SRM datam de 2005, originadas através de ações articuladas pelo Governo Federal. Entre os anos de 2005 a 2009 houve um número considerável de distribuição de salas em mais 82% dos municípios brasileiros.

O programa de implantação de tais salas procura atender à diversidade de necessidades das escolas propondo dois tipos de salas. As salas chamadas de tipo I oferecem tecnologias de informação e comunicação [...]. As salas do tipo II, por sua vez, contêm, além dos recursos acima citados, equipamentos e materiais para a deficiência visual [...] (Passerino, 2015, p.194).

É oportuno esclarecer que não buscamos citar a dimensão dessa ação de implantação das SRM nas escolas brasileiras, buscou-se frisar as contribuições que esses espaços vêm gerando no tocante ao uso de recursos de TA em apoio ao processo de inclusão de alunos com deficiência regularmente matriculado na rede de ensino. A nossa Constituição Federal (1988), em seu artigo 206 versa sobre o estabelecimento da igualdade de acesso e de permanência na escola. Dessa forma, é oportuno ressaltar que os dispositivos políticos-legais contribuem para nortear a promoção de uma educação que contemple a diversidade humana, oportunizando um processo educativo mais autônomo e inclusivo no interior das instituições de ensino.

Assim, para a promoção de uma educação escolar na perspectiva da educação inclusiva, os sistemas educativos em vigor no Brasil devem estar em consonância com a legislação, preocupando-se com a valorização e formação de cada educando, buscando promover práticas pedagógicas que ajudem no desenvolvimento dos alunos com deficiência, corroborando com esse pensamento Serrano nos diz que:

A preocupação com a educação inclusiva é, atualmente, um facto premente no seio das sociedades e dos sistemas educativos da generalidade dos países, mormente após a realização, em Salamanca, da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, no ano de 1994. Com este ideal, intensamente difundido, questionado e debatido, no último decénio do século XX, pretende-se, fundamentalmente, que nos estabelecimentos de ensino e nas salas de aula - enquanto espaços educativos - sejam criados, gerados e geridos, recursos, condições e estratégias susceptíveis de dar uma resposta apropriada a todos os alunos, com ênfase particular nos alunos com necessidades educativas especiais (Serrano, 2005, p.1).

Oficialmente a LBI de 2015 (Brasil, p.12), traz a mudança do conceito de deficiência, que não pode ser entendida como uma condição de natureza estática e biológica do sujeito, mas compreendida como desenlace da interação das barreiras, as quais são determinadas pelo meio, ocasionando limitações de natureza tanto: física, mental, intelectual e sensorial do indivíduo.

É importante frisar que, ao passo que os anos se sucedem, surgem mudanças no seio da sociedade, mudanças essas que implicam em novas formas de conceber, como também, adaptar-se ao novo. Dessa maneira: “A distinção entre integração e inclusão é um bom começo para esclarecermos o processo de transformação das escolas, de modo que possam acolher, indistintamente, todos os alunos, nos diferentes níveis de ensino” (Mantoan, 2003, p.17). A autora em sua obra sobre *Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* Faz uma explanação sobre os conceitos de inclusão e integração, esclarecendo que os termos integrar e incluir divergem, quanto ao posicionamento teórico-metodológico.

Esse processo de transformação da escola é um processo contínuo, de adaptação do meio, para que ocorra uma melhor adequação desse espaço em relação às necessidades do aluno. A escola que apenas contempla a integração de alunos com deficiência, é aquela que incorpora ao meio esse aluno, sem se preocupar em buscar modificações ou adaptações do espaço escolar para atender às necessidades específicas desse aluno, público alvo da Educação Especial. Já o termo inclusão, faz referência direta à ação de incluir efetivamente, ofertando todas as adaptações necessárias do espaço escolar, para a permanência do aluno com deficiência em processo de escolarização. É notório que:

O desenvolvimento da Educação Inclusiva depende, em grande parte, do desenvolvimento do sistema educativo no seu conjunto. É muito difícil desenvolver um sistema que, coerentemente, opte pela Educação Inclusiva sem fazer uma aposta decisiva no desenvolvimento da escola regular. [...] A Educação Inclusiva, enquanto reforma educacional, só poderá florescer em sistemas educativos capazes de aceitar uma mudança nos seus hábitos e paradigmas (Rodrigues, 2008, p. 40).

A escola enquanto fomentadora de oportunidade, é aquela capaz de contemplar a todos os alunos, ao mesmo tempo, em que, é capaz de respeitar cada ser como único e singular. Não há dúvidas do quão desafiador é a adoção de práticas interdisciplinares que contemplem a diversidade, sabendo que tal desafio envolve revisão de conceitos, currículo, metodologia, planejamento, de modo a alcançar a plena inclusão e não apenas a integração dos alunos com deficiência, no espaço educacional.

4. Repensando a escola sob uma perspectiva educacional dialógica, aprendente e inclusiva

Após as considerações sobre a importância da TA enquanto ferramenta de apoio ao trabalho pedagógico nas escolas, pensamos que os sistemas de ensino têm papel relevante frente a nobre missão de buscar meios que estimulem a aquisições de competências para o desenvolvimento do público-alvo da Educação Especial.

Dialogar sobre a escola sob uma perspectiva educacional que seja dialógica, aprendente e inclusiva é relembrar as contribuições da tendência libertadora de Freire, importante voz na luta contra a concepção bancária de educação. Para Freire (2002, p.70):

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens.

Corroboramos com o pensamento de Freire, a educação deve estar comprometida com a busca de despertar o aluno para a conscientização da sua condição social no mundo. Assim, ao perceber-se no meio social, o educando poderá torna-se protagonista do seu próprio processo de aquisição de conhecimento e de descobertas. A escola como um espaço colaborativo, deve oportunizar aos alunos com deficiência, momentos de interação e construção de novos aprendizados. Ou seja, é necessário educar para libertar o sujeito, buscando possibilidades de incentivo ao protagonismo ativo para aquisição de habilidades e competências.

Repensar a Educação Especial a partir do diálogo e do incentivo ao protagonismo da criança com deficiência é respeitar a diversidade, permitindo uma ampliação da visão do sujeito em relação ao mundo, implicando assim, na transformação de sua realidade. De acordo com a

resolução CNE/CEB N° 2, de 2001, artigo 3° compreende-se:

[...] um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (Brasil, 2001, p.1)

É importante frisar que a declaração de Salamanca em 1994 serviu de inspiração para a reformulação da lei N° 9.394/96, que dispõem sobre a Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Em seu Artigo primeiro ressalta que a:

[...] educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996, s/p).

Constituindo dessa forma uma ampla perspectiva educacional, que revolucionou a percepção sobre uma educação que contemplasse a todos. Contudo, dialogar sobre a escola frente aos desafios para uma educação inclusiva, mediante um contexto social atual, de transformações profundas e aceleradas, é:

[...] desbloquear e ampliar os canais de comunicação e diálogo com as sempre dinâmicas realidades sociais que a cercam, para tornar essa escola permanentemente atenta e flexível às novas demandas e possibilidades que estão sendo criadas nas relações do aprendiz com os conhecimentos e com os próprios processos de aprendizagem (Galvão Filho, 2009, p. 78-79).

Nesse cenário, a escola deve ser pensada para contemplar, segundo Galvão Filho (2009) às novas realidades, assim como a dinâmica social, a partir de uma perspectiva educacional dialógica, aprendente e inclusiva. O termo ‘dialógica’, refere-se à incorporação do diálogo, como ferramenta de interação entre todos os sujeitos da comunidade escolar. Segundo Freire (1997) a ideia de ação dialógica é fundada no pressuposto de um processo primordial, o diálogo, pelo qual se promove a aprendizagem e a transformação da realidade do ser humano.

Quando pensamos em uma escola aprendente, é no sentido amplo do aperfeiçoamento, considerando a dinâmica social e buscando primar pela formação cidadã dos indivíduos, valorizando a diversidade humana, para garantir uma escola mais inclusiva, que pode ser entendida como:

[...] uma escola aberta e valorizadora da diversidade humana, percebendo e acolhendo as diferenças individuais não como um obstáculo, mas como um

potencial de riquezas para o qual ela deve estar atenta, articulando iniciativas e ambientes de aprendizagem que tornem essa diversidade um fator de crescimento e enriquecimento da coletividade (Galvão Filho, 2009, p.84-85).

Uma educação inclusiva é antes de tudo, radical, ou seja, prima por mudanças, mudanças urgentes em atender às diferenças sem discriminar. “[...] sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação da aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais).” (Mantoan, 2003, p.16). Então, a escola torna-se um ambiente acolhedor, capaz de valorizar as diferenças.

Essa valorização prima por equidade, permitindo a todos os alunos possibilidades de aprendizagem, adaptando-se as necessidades dos mesmos, sendo capaz de estabelecer conexões entre o sujeito e o conhecimento, por meio de ferramentas e materiais assistivos, que ampliam as possibilidades e eliminam as barreiras existentes no espaço escolar.

No que toca a educação de alunos com deficiência, é assegurada oficialmente pela LBI (2015), tornando obrigatório de acordo com o seu artigo 28, 5º parágrafo a: “adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino” (Brasil, 2015, p.35). Nesse diapasão, discutir a relação entre escola e TA é primordial para enaltecer a importância de se investir em recursos assistivos, enquanto ferramenta de acessibilidade, considerando as necessidades dos alunos.

Com relação ao suporte pedagógico no espaço escolar, é evidenciado uma quebra do “paradigma educacional”, termo utilizado por Galvão Filho (2009), quando reforça em sua tese, que crianças com deficiência são frequentemente tratadas como objeto, no sentido passivo da palavra, e não sujeitos ativos no seu próprio processo educacional.

Quando crianças com deficiência ingressam em um sistema educacional oficial, seja especial ou regular, em uma escola tradicional, frequentemente vivenciam interações que reforçam uma postura de passividade diante de sua realidade, de seu meio. Frequentemente são submetidas a um paradigma educacional no qual elas continuam a ser o objeto, e não o sujeito, de seus próprios processos. Paradigma esse que, ao contrário de educar para a independência, para a autonomia, para a liberdade no pensar e no agir, reforça esquemas de dependência e submissão. São vistas e tratadas como receptoras de informações e não como construtoras de seus próprios conhecimentos (Galvão Filho, 2009, p.85).

Diante do exposto, ressaltamos o importante papel da escola em relação ao desenvolvimento de abordagens e estratégias que contemplem o processo de escolarização do aluno com deficiência para o fortalecimento da formação cidadã, ética, intelectual e

profissional de cada ser. Refletir sobre esses aspectos é enxergar o espaço escolar enquanto meio de promoção de transformações sociais, mobilizando saberes e valores, não apenas educacionais mais humanos, voltada para a construção das identidades dos alunos.

5. Considerações Finais

As discussões enfatizadas nesse estudo nos possibilitam enxergar a escola enquanto espaço de acessibilidade, a qual deve ser pensada para contemplar, segundo Galvão Filho (2009) as dinâmicas sociais que atravessam a instituição escolar. Apontamos que a partir das ferramentas de TA podem ser projetados novos itinerários para o trabalho com alunos com deficiência, a fim de garantir acessibilidade desses espaços e estímulo a aquisições de maior autonomia dos educandos em fase de escolarização.

Evidencia-se que o acesso aos recursos assistivos tem sido efetivado principalmente nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), espaço destinado ao trabalho pedagógico direcionado ao público-alvo da Educação Especial, onde deve-se existir um profissional especializado frente à execução do serviço de AEE para desenvolver ações direcionadas ao aluno com deficiência, traçando estratégias individualizadas para cada aluno.

Ressaltamos que os apontamentos ao longo desse texto não buscaram esgotar a temática, no tocante a inclusão de alunos com deficiência, visou-se tecer perspectivas para refletirmos sobre a TA enquanto ferramenta de apoio ao processo de inclusão desses educandos no espaço escolar brasileiro. Assim, para que a escola acolha todos os alunos é necessário que seja capaz de respeitar cada ser como único e singular. Reafirmamos o quão desafiador é promover um processo educacional na perspectiva inclusiva, no entanto, é um trabalho possível ao passo em que ocorra a adoção de práticas interdisciplinares que contemplem a diversidade, envolvendo ainda a necessidade de revisão de conceitos, currículo, metodologia, planejamento, de modo a alcançar a plena inclusão e não apenas a integração dos alunos com deficiência.

Referências

- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988. <https://www.mec.gov.br/legis/default.shtm>
- Brasil. (2006). Comitê de Ajudas Técnicas <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12681:portal-de-ajudas-tecnicas>
- Brasil. (2015). LBI: Lei Brasileira de Inclusão Nº 13.146/15. <http://portal.mec.gov.br>
- Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF.

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf

- Brasil. (2001). Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/resol_federal_2.pdf
- Brasil. (2011). Ministério da Educação. *Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011*. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm
- Galvão F. T. (2009). *Tecnologia Assistiva para uma Escola Inclusiva: Apropriação, Demandas e Perspectivas*. Salvador.
- Freire, P. (2002). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (1997). *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho D'Água.
- Mantoan, M. T. E. (2003). *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como se faz?* São Paulo: Moderna.
- Passerino, L. M., & Bez, M. R. (2015). *Comunicação alternativa: mediação para uma inclusão social a partir do Scala*. Passo Fundo: Editora da UPF. www.upf.br/editora/index.php/e-books-free/125-omunicacao-alternativa-scala
- Rodrigues, D. (2008). Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de educação inclusiva. *Revista Inclusão*, Brasília, SEESP/MEC, 4(1), 33-40.
- Serrano, J. (2005). *Percursos e Práticas para uma escola inclusiva*. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6981/2/Tese%20de%20Doutoramento.pdf>